

O direito ao aborto como uma reclamação democrática e cidadã.....	125
<i>Andrea Peniche</i>	

História das mulheres e do género. Uma progressiva presença institucional de dúvida legitimação académica.....	141
<i>Teresa Pinto</i>	

A dimensão de género nos <i>curricula</i> do ensino superior: factos e reflexões a partir de uma entrevista focalizada de grupo a especialistas portuguesas no domínio	167
<i>Cristina Maria Coimbra Vieira</i>	

Leituras / Recensões

AAVV (2007), <i>Clara Zetkin e a Luta das Mulheres. Uma atitude inconformada, um percurso coerente</i> , Lisboa, Edições Avante.....	181
<i>Manuel Gusmão</i>	

Ebadi, Shirin (2007), <i>O Despertar do Irão. Memórias da revolução e da esperança</i> , Lisboa, Guerra e Paz Editores	184
<i>Teresa Toldy</i>	

Carvalho, Maria José, Cruz, Isabel (2007), <i>Mulheres e Desporto: Declarações e Recomendações Internacionais</i> , Queijas, Edição da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto	187
<i>Regina Tavares da Silva</i>	

Koning, Maria Helena/Marijke de (2006), <i>Lugares Emergentes do Sujeito-Mulher – Viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintasilgo</i> , Porto, Edições Afrontamento	189
<i>Cláudia Feitosa</i>	

Colóquio Internacional <i>Género, Diversidade e Cidadania</i> , Universidade de Évora, 1, 2 e 3 de Fevereiro de 2007	194
<i>Ana Carina Vilares</i>	

A *ex æquo* é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspectivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, dirige-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.

EDITORIAL

Teresa Pinto

O presente número da *ex æquo*, o n.º 16, coincidindo com o 16.º aniversário da APEM, inaugura um novo formato que, tendo em conta a crescente implantação académica dos estudos sobre as mulheres, do género e feministas, evidenciada nos últimos anos no nosso país, se afigura mais favorável a uma divulgação diversificada de pesquisas relevantes na área, quer de autoria nacional, quer estrangeira.

A revista manterá, em cada número, a abordagem de um tema monográfico, sob a forma de *dossier* temático, mas oferece, também, uma secção de miscelânea de artigos científicos. O *dossier* temático permitirá debater, dando voz a abordagens disciplinares e perspectivas teóricas distintas, temas ou problemáticas substantiais e significativas, no âmbito das relações sociais de género, para a comunidade científica e para a sociedade portuguesa: A secção de *estudos e ensaios* proporcionará um conjunto de artigos, provenientes de investigação diversa, que permitirão alargar o intercâmbio de informação e de conhecimento científico na área dos estudos sobre as mulheres e do género. A revista continuará a reservar uma secção para leituras e/ou recensões de obras, cujo teor abarque problemáticas que estejam em consonância com a sua área de especialização.

A alteração agora introduzida resulta do próprio devir social, em geral, e científico-institucional, em particular. O incipiente enquadramento institucional, à data da fundação da revista, destas áreas de estudo, nas quais prevalecia a investigação de pequenos núcleos, articulados por proximidades temático-disciplinares, sustentou o critério exclusivamente temático adoptado inicialmente para a organização de cada um dos números.

Nos últimos anos, porém, tem-se assistido a um visível incremento da produção académica em Portugal na área dos estudos sobre as mulheres e do género. Nos doze anos que decorreram após a criação do primeiro mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta (1995), instituíram-se, noutras instituições de ensino superior, mestrados e pós-graduações, de âmbito disciplinar ou interdisciplinar, na área específica das problemáticas de género. Este trilha foi sendo acompanhado pela progressiva introdução de disciplinas ou de módulos nos currículos de cursos de licenciatura e de mestrado em múltiplas áreas do conhecimento, estimulando o interesse pela problemática e a sua integração nos diversos quadros disciplinares. A existência de linhas específicas em estudos sobre as mulheres, do género e feministas em muitos Centros de Investigação constitui, também, uma realidade incontornável e tem permitido enqua-

drar institucionalmente projectos de pesquisa naquelas áreas. O incentivo financeiro da FCT, desde 1999, substanciado num programa de apoio exclusivo para projectos no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal, tem-se revelado outro factor favorável à prática institucionalizada de investigação neste campos de estudos.

A progressiva institucionalização dos estudos sobre as mulheres e do género tem-se saldado no aumento e no alargamento da investigação a novas áreas disciplinares. A diversidade dos temas, dos posicionamentos teóricos e dos enquadramentos disciplinares tornam, pois, cada vez mais difícil a sua agregação temática. Ao tornar a *ex aequo* mais integradora da multiplicidade dos estudos que têm vindo a ser desenvolvidos, pretende-se prosseguir com o propósito, que tem norteado a revista ao longo dos seus oito anos de existência, de divulgar e ampliar o conhecimento e os debates produzidos no meio académico na área dos Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas e de contribuir para a problematização das principais questões que afectam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade portuguesa.

Não obstante o novo formato proposto, reitera-se, no fundamental, o projecto editorial inaugural da revista. Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspectivas teóricas e epistemológicas, a revista continuará a assumir-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes, sem que «os textos publicados [traduzam] necessariamente os pontos de vista da APEM»¹. Todavia, dado que «a estrutura matricial da revista é a APEM»², reafirma-se a importância de contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adoptando, notadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, a *ex aequo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspectivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que «no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana»³, bem como da sua integridade e dignidade.



O *dossier* temático «Género, responsabilidade social e cidadania. Voluntariado e educação não-formal» pretende evidenciar o papel central da acção que, no quadro da sociedade civil, tem sido dirigida à plena concretização dos direitos de cidadania das mulheres e, concomitantemente, à mudança das relações sociais

¹ «Editorial», *ex aequo*, n.º 1, 1999, p. 9.

² *Ibidem*.

³ *Ibidem*, p. 10.

de género na sociedade portuguesa. Estabelecer uma maior articulação e diálogo entre conhecimento científico e realidade social constitui, pois, o objectivo central deste Dossier. Os dois textos de reflexão teórica que o enquadram incidem, respectivamente, sobre o trabalho voluntário, que constitui o principal alicerce da vida associativa, e sobre a educação não-formal, enquanto espaço privilegiado de incorporação da prática do voluntariado no desenvolvimento da pessoa humana. Em relação ao primeiro, Maria Helena /Marijka de Koning teoriza, a partir da sua experiência de trabalho, o potencial da actividade voluntária na assumpção de uma cidadania responsável, questionando a dualidade «voluntário»/«obrigatório» que enforma o conceito de trabalho. Cristina Vieira, no seu texto, equaciona o valor da dimensão de género como eixo estruturante das práticas educativas não formais, em especial das familiares, para a integração, por raparigas e por rapazes, sem condicionalismos sexuais, da igualdade na configuração das suas práticas de cidadania, entre as quais o envolvimento em acções de voluntariado. Seguem-se os textos de cinco Organizações Não Governamentais, cuja acção se situa no âmbito da afirmação dos direitos das mulheres, que apresentam o balanço da sua actividade, desenvolvida em áreas tão diversas como a participação política; a educação sexual; o desporto; a violência de género e o associativismo juvenil.

Na secção de *estudos e ensaios* publica-se um conjunto de artigos originais resultantes de investigações recentes. O texto de Carmen García Colmenares, «Rescatar genealogías, potenciar autoridad: las primeras psicólogas españolas (1900-1936)», confere visibilidade às primeiras mulheres psicólogas, destacando as barreiras socioinstitucionais que tiveram de ultrapassar no seu percurso profissional. A sua abordagem, porém, ultrapassa a perspectiva de uma história compensatória, isto é, não se limita a preencher um vazio de conhecimento sobre a acção e contributo daquelas pioneiras na vida social, mas procura compreender, como um processo dinâmico de interacção, os seus traços biográficos mais significativos no contexto académico e científico do seu tempo, bem como no quadro político da Espanha do século XX e dos movimentos associativos de mulheres. Evidenciam-se, a par das opções individuais (que são, frequentemente, as possíveis para as mulheres), as estratégias de resistência por elas desenvolvidas face aos factores ideológicos, institucionais e pessoais que condicionaram a sua vida académica e profissional.

No ano em que a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, tema tão caro aos movimentos feministas e de mulheres, marcou uma viragem na história dos direitos das mulheres em Portugal, tendo ocupado um lugar central nos debates e nas intervenções políticas e cívicas, o texto «O direito ao aborto como uma reclamação democrática e cidadã», de Andrea Peniche, afigura-se um contributo importante e oportuno para o aprofundamento teórico da temática.

Em 2007 comemora-se o 150.º aniversário do nascimento de Clara Zetkin, revolucionária alemã pouco conhecida em Portugal, salvo pelo facto de a ela se dever a proposta, aprovada em 1910, no Congresso da Internacional Socialista, de se celebrar anualmente um dia internacional das mulheres. Acolhendo o

artigo «Clara Zetkin e a(s) História(s) das Mulheres. Ocultação e ambiguidades», de Isabel Cruz, a *ex æquo* associa-se à homenagem a uma das mais notáveis actvistas do movimento político e sindical entre a década de oitenta do século XIX e 1933, ano da sua morte. Para além de informação relevante sobre Clara Zetkin, a autora contribui para um debate central e recorrente nos estudos sobre as mulheres, o da problematização dos próprios conceitos de *feminista* e de *feminismo* em função dos critérios da sua definição, tendo em conta, designadamente, a sua própria historicidade.

O artigo «História das Mulheres e do Género. Uma progressiva presença institucional de dúbia legitimação académica», de Teresa Pinto, enquadra, no contexto de alguns itinerários significativos a nível internacional, o percurso desta área de estudos em Portugal. A autora, conferindo particular destaque aos países do sul da Europa, sublinha que, embora tenham tido, no seu conjunto, um desenvolvimento mais tardio dos estudos e da história das mulheres do que os do noroeste europeu ou da Escandinávia, evidenciam especificidades resultantes da respectiva realidade nacional. O texto problematiza, ainda, a orientação disciplinar ou interdisciplinar desta área de estudos face à persistência de constrangimentos ao seu reconhecimento no seio de territorialidades do saber já constituídas e à retórica de um discurso institucional que preconiza o reforço da investigação interdisciplinar.

Cristina Vieira, no artigo «A dimensão de género nos *curricula* do ensino superior: factos e reflexões a partir de uma entrevista focalizada de grupo a especialistas portuguesas no domínio», apresenta uma síntese da informação e da reflexão, recolhidas junto de algumas investigadoras e docentes em instituições de ensino superior, sobre a introdução formal da dimensão de género nos diferentes níveis curriculares, bem como nas áreas de investigação e nas respectivas linhas de investigação questionando, também, o papel do Estado neste domínio. No actual contexto de adaptação do ensino superior à Reforma de Bolonha, as conclusões apresentadas podem constituir um ponto de partida para um debate mais alargado, que se afigura necessário e urgente, sobre a temática.

Dossier

Género, responsabilidade social
e cidadania.
Voluntariado e educação não-formal